

O GOVERNO RESULTA DE SEU POVO

Ana Elizabeth Calil Monteiro

Resumo: O governo de um estado é algo que se encontra em constante mudança; seja em função de população, território ou cultura, sobressai se que o governo é principalmente resultante do povo que o forma. Os objetivos e desejos de um povo determina seu governante, e este lidera um governo de acordo; por isso é importante identificar no governo o caráter de suas pessoas.

Palavras-chave: Governo. Povo. Poder.

Abstract: The government of a state is something that is constantly changing; whether in terms of population, territory or culture, it stands out that government is mainly the result of the people who form it. The aims and desires of a people determine their ruler, and he leads a government accordingly; that is why it is important to identify in government the character of its people.

Keywords: Government. People. Power.

INTRODUÇÃO

É fato que o mundo se encontra em constante mudança que, tanto podendo ser prelúdio de caos quanto de paz, sempre se mostra resultado de um quadro cultural e econômico. A política das pessoas se torna na política do governo, e a política do governo altera então a política das pessoas e assim, como uma máquina autossuficiente, as nações crescem e decrescem, avançam, se fortalecem e sucumbem, assim como via Friedrich Ratzel, o Estado é de fato um organismo vivo, determinado por sua área e posição, mas não só isso, influenciado também pelo seu crescimento de população e cultura.

A visão ampla de como a população impulsiona mudanças no governo e como a prática dessas mudanças novamente altera a opinião da população não é segredo, aconteceu em 1823 quando o territorialismo estadunidense deu origem à doutrina Monroe, ocorreu em 1968 quando a necessidade de união socialista gerou a doutrina Brezhnev, e acontece ainda hoje enquanto a China impõe sanções aos Estados Unidos por ter recebido líderes de Taiwan. Essa constante mudança é teorizada e analisada desde a época da filosofia clássica, e neste presente artigo pretendo expor sobre como Sócrates, Maquiavel e Montesquieu se acordam a respeito não apenas do ciclo do governo, mas também como este não é mais do que um reflexo do próprio governante e de seu povo.

1 O GOVERNANTE E O BOM GOVERNO

O Príncipe de Maquiavel foi o livro que tanto expôs quanto guiou o coração de muitos governantes, pondo justiça e virtude como instrumentos para o fim de governar, os homens de virtude se mantêm no poder, homens que demonstram aparência desejada pelo povo.

[...] É que os homens em geral julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, porque a todos cabe ver mas poucos são capazes de sentir. Todos veem o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos que, aliás, estão protegidos pela majestade do Estado [...] (MAQUIAVEL, 2010, p.33)

A função de governante é então a de usar dos meios ao seu dispor a fim de tanto se manter no poder quanto manter seu povo em situação pacífica, passível de sempre suportá-lo afinal “um príncipe deve dar pouca importância às conspirações se o povo lhe é benévolo; mas quando este lhe seja adverso e o tenha em ódio, deve temer tudo e a todos.”

Já Sócrates, ao falar do governo ideal, fala dos bons que são ricos de natureza e que, portanto, tendem a manter-se virtuosos.

[...] Se descobrires uma condição preferível ao poder para os que devem mandar, serte-á passível ter um Estado bem governado. Certamente, neste Estado só mandarão os que são verdadeiramente ricos, não de ouro, mas dessa riqueza de que o homem tem necessidade para ser feliz: uma vida virtuosa e sábia. (PLATÃO, 2001, p. 305)

Então põe-se tanto o governante quanto o povo, como necessários a partir de um mesmo princípio: a virtude interna, como uma prática diária, a qual então refletiria em seus relacionamentos exteriores.

A diferença aqui é clara, são as duas formas principais de se enxergar como a virtude deve se relacionar com o poder a fim de formar um bom governo, sendo estes resultantes diretamente proporcionas à forma de sua busca. Ao governante que busca do povo conservá-lo amigo a fim de manter-se no poder, o governante que busca ser apoiado pelo povo, basta que haja a aparência de virtude. Contanto que seus valores estejam alinhados com os valores desejados pelo povo, ele atingirá seu objetivo de bom governo. Já ao governante que tem por bom governo um que busca a equidade do povo, um povo feliz em que cada um participa e tem sua função, se faz necessário

não só a aparência de virtude, mas a virtude e sabedoria verdadeiras, diárias, que serão expressas como consequência em um governo justo.

1.1 As formas de governo

Partindo dessas figuras de governantes e de como estes articulam os seus conceitos de bom governo, podemos então abordar seus resultados. Tanto Sócrates quanto Montesquieu, ao teorizar sobre organização de estado, estabelecem figuras prontas de Estado.

O primeiro e muito elogiado é o de Creta e da Lacedemônia; o segundo, que só se louva em segundo lugar, chama-se oligarquia. Trata-se de um governo repleto de vícios vários. Oposto a este vem, em seguida, a democracia. Por fim, vem a soberba tirania, contrária a todos os outros e que é a quarta e a última doença do Estado. (PLATÃO, 2001, p. 340)

Apesar de estabelecerem números diferentes de figuras, suas figuras se encontram e se consonam em vários pontos. vamos à primeira delas:

Sócrates começa com oligarquia, que seria o passo seguinte a aristocracia. A história do caráter que leva a oligarquia é de um filho de um homem de bem que vive em uma cidade má governada, ele busca o equilíbrio entre o racional e os desejos e paixões. Vendo os virtuosos que não buscam Riqueza, assim como seu pai, se despedaçarem contra o estado, sucumbe à ambição e a soberba.

O amor à Riqueza logo se sobressai à virtude, resulta-se a criação de leis censitárias para a ocupação de cargos públicos, todos quererão possuir riquezas e desprezar-se-ão outras funções não tão lucrativas, enfraquecendo a estrutura a cidade e resultando em desordem.

Promulgam então uma lei que é o traço distintivo da oligarquia, fixando um censo, que é mais elevado quanto mais forte é a oligarquia, tanto mais baixo quanto mais fraca ela é, e proíbem aqueles cuja fortuna não atinge o limite fixado de terem acesso aos cargos públicos. O cumprimento desta lei é feito pela força das armas ou então, antes de chegarem a isso, impõem este tipo de governo pela intimidação. (PLATÃO, 2001, p. 351)

Com a subsequente discrepância social advinda da má distribuição de riquezas, ocorre o aumento da marginalização e da violência. Essa figura social também pode ser encontrada nos três governos de Montesquieu.

Os governos de Montesquieu são lidos de acordo com quem o exerce e sua motivação, o que leva ao seu fim. A oligarquia de Sócrates relaciona-se com a

monarquia de Montesquieu pois esta fala do governo de um com suas instituições, é movido por sua honra, o que garante o seu elitismo (afinal, o poder é garantido em monopólio a nobreza) e promove a confusão de interesse privado e interesse público.

Percebe-se a semelhança entre as definições de governos, seja a oligarquia de Sócrates ou a monarquia de Montesquieu, ambos falam da concentração de poder nas mãos de poucos e no elitismo do governo que promove desigualdade e marginalização - buscam riquezas e atraem guerra e ódio. Pelos vícios inerentes a essa concentração desigual de poder, ou melhor pondo, a essa virtude não exercida, destina-se a queda, e logo se passa à próxima figura de governo.

A corrupção Extrema Aparece quando os Nobres se tornam hereditários; não podem mais ter moderação. Se estão em pequeno número, seu poder aumenta, mas sua segurança diminui; se estão em maior número, seu poder é menor, isso a segurança maior: de sorte que o poder vai crescendo, e a segurança diminuindo, até chegar ao déspota, sobre cuja cabeça está o excesso de poder e de perigo. (MONTESQUIEU, 1993, p. 125)

É insustentável manter um governo que não atende aos anseios da população, nem a mantém equilibrada, e nem a faz feliz.

A próxima figura de governo apresentada por Sócrates é a democracia, e ela surge da desigualdade criada pela oligarquia. Ocorre quando os pobres vencem os ricos “eliminam uns, expulsando outros, e dividindo igualmente entre os que ficam tanto o governo quanto os cargos públicos.”

Cada um levará sua vida livremente como desejar.

Com o passar do tempo e devido ao excesso de liberdades, começarão a se inverter os valores chamando a anarquia de Liberdade, o deboche de magnificência, a imprudência de coragem etc. As pessoas serão conseqüentemente cada vez mais encorajadas a seguirem seus próprios desejos. “Verdadeiramente, a tirania não se originou nenhum outro governo senão da democracia, seguindo-se a liberdade extrema, penso eu, uma extrema e cruel servidão.” (SÓCRATES, 2001)

Enquanto Sócrates fala de democracia Montesquieu fala da República.

A República para Montesquieu viria a ser a verdadeira virtude, pois de um poder estabelecido pelo povo que advêm o bem público e por conseqüência a verdadeira política, virtude tal que distingue o interesse privado do público pondo o segundo acima do primeiro.

O princípio da democracia corrompe se não somente quando se perde o espírito da igualdade, mas também quando se adquire o espírito de igualdade

extremo e cada um quer ser igual àqueles que escolheu para comandá-lo. A partir deste momento, o povo, não podendo suportar o próprio poder que delegou, quer fazer tudo sozinho, deliberar seu Senado, executar pelos magistrados e despojar todos os juizes. (MONTESQUIEU, 1993, p. 121)

Se torna óbvio observar que estas figuras são as mais relacionadas à nossa atualidade. A alta do interesse público, da liberdade e da busca dos próprios desejos, a máxima da vitória dos pobres sobre os ricos e da virtude de um poder estabelecido pelo povo são claramente as buscadas e apreciadas atualmente, perpetuadas por movimentos populares e abrangentes, necessários porém irrestritos, ideologias incontáveis que buscam trazer à população a sensação de liberdade e poder, que segundo os filósofos supracitados funcionam, como uma faca de dois gumes - a liberdade e o desejo, quando exagerados, podem levar ao desequilíbrio e, em consequência, à queda do governo.

A busca é legítima, entretanto quando não há limite à liberdade objetivada pelo povo, quando a população sozinha não é capaz de estabelecer delimitações entre as liberdades e desejos seus e do seu próximo, o que a princípio parecia ser unidade torna-se em conflito, e à medida que a busca da justiça individual de cada cidadão concorre com a justiça de seu próximo que Sócrates prevê o próximo governo.

Da democracia e do conflito de liberdades e interesses particulares, vem perseguições, processos e lutas. O povo se livra disso alimentando um homem com poder e o engrandecendo. Como um protetor este suprime conflitos reconciliando-se com uns e arruinando outros.

Quando finalmente se alcança tranquilidade, este provoca guerras a fim de se manter no povo a percepção da necessidade de um protetor. Os cidadãos empobrecidos serão obrigados a pensar mais em suas necessidades e menos no governo.

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda. E é ela de tanta virtude, que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como também muitas vezes faz os homens de condição privada subirem àquele posto; ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensam mais nas delicadezas do que nas armas, perdem o seu Estado. (MAQUIAVEL, 2010, p.33)

Esta estratégia, porém, possui prazo de validade. O tirano, nos seus excessos do uso do poder de supressão, há de enfadar o povo e se condenará a cair nas mãos do mesmo se não tiver para si um exército totalmente leal que o proteja a todo custo.

E se para Aristóteles falamos de tirania para Montesquieu falamos de despotismo.

O despotismo, por sua vez, é o governo de um só se valendo de sua vontade e supremacia e garantindo sua perpetuação através do medo. Viria ser o fim trágico que aguarda após a má moderação e subsequente colapso dos dois primeiros governos.

É verdade que aqueles que corromperam as repúblicas gregas nem sempre se tornaram tiranos. É que eles estavam mais ligados a eloquência do que a arte militar; além do que, existia no coração de todos os gregos um ódio implacável contra aqueles que derrubaram o governo republicano; o que fez com que a anarquia degenerasse em destruição, ao invés de transformar-se em tirania. (MONTESQUIEU, 1993, p. 123)

Percebe-se entretanto, em todos os governos, suas falhas, as características que os levam a queda; na oligarquia ou monarquia a corrupção é a soberba, o amor à Riqueza e o elitismo se sobressaem, eles levam o povo à pobreza e aumentam a diferença social, colocam vales e montes entre as classes sociais, o que dá razão à sua queda; na democracia ou na república é a soberba impulsionada de busca pelos desejos; o que a princípio parece união se torna divisão, compulsões consomem o limite entre o direito próprio e alheio; já do despotismo ou tirania sobressai a concentração de poder, que resulta a violência e a guerra.

Essas formas são figuras de pessoas; a máxima da busca cria a sua representação no governo. O extremo da busca da riqueza traz a desigualdade social, a máxima da busca dos desejos traz os conflitos e o último ponto da busca de proteção gera a guerra.

Voltasse a primeira análise feita neste artigo; da virtude do governante e dos governados, assimetria e a igualdade nos remetem meio padrão falado por Sócrates, ao pôr princípios para a formação verdadeira de um bom governo “se os maus vão ao governo eles não valorizam a música e a ginástica, buscando apenas riquezas e atraindo guerra e ódio. [...] Os bons são ricos de natureza, portanto tendem a manter-se virtuosos” (SÓCRATES, 2001)

O sistema em si não é nada até que o homem o conduza, a lei e o poder são números instrumentos que trazem a luz os anseios e objetivos de um povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo é, em última análise, o resultado das ações de seu próprio povo: o governante se movimenta de acordo com as tendências de seus governados, e as tendências destes mesmos governos são determinadas tão somente pelas virtudes por eles apreciadas. O poder nada mais faz do que demonstrar a natureza da nação, e a sua queda não depende somente da má moderação do governo, mas também dos novos objetivos dos governados.

O povo que valoriza demasiadamente a Riqueza faz um governo de frágil estrutura social com aumento da marginalização e violência; o povo que se embriaga nos ideais de Liberdade e desejo, atingindo seus extremos, faz um governo de imprudência e deboche, por fim o povo que outorga sua liberdade, alimentando de poder um único homem, origina um governo violento de guerra e tirania.

O equilíbrio almejado por Montesquieu e as virtudes apontadas por Sócrates são atingidos por meio das práticas individuais, tanto pelo povo quanto pelo governante, de busca de conhecimento, humildade e companheirismo. Comparando-se o governo mais injusto com mais justo descobrimos quais características são capazes de trazer justiça e Felicidade as pessoas, e quais características podem levar a sua ruína.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J A G. **Montesquieu**: sociedade e poder. São Paulo: Atica, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.1 de ago. de 2011.
- MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**, 1748. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- PLATÃO. **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001